

COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU

Termo de Referência 169/2024

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

169/2024

370003-COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU

Editado por

IVAN OLIVEIRA SOUTO

Atualizado em

04/12/2025 08:46 (v 32.18)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

Número da Contratação

00190.109419/2023-31

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica, pela Sistemática de Registro de Preços (SRP), de serviços comuns de engenharia, constituído de coleta de amostras de revestimento asfáltico (corpos de prova), realização de ensaios de caracterização dos materiais em laboratório e as correspondentes emissões de laudos técnicos. O escopo da contratação para atendimento a Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas Do Distrito Federal (TCDF) e Departamento de Polícia Federal (DPF) é detalhado na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (REGIÃO DAS CAMPANHAS)	CATSER	UNID.	QUANT. MÁXIMA	VALOR DO ITEM	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	CENTRO-OESTE	1406/876 /1341  22896 /23060	UN	22	35.332,5338	777.315,7438
2	NORDESTE	1406/876 /1341  22896 /23060	UN	26	34.432,6286	895.248,3440
3	NORTE	1406/876 /1341  22896 /23060	UN	20	38.095,3269	761.906,5380
4	SUDESTE	1406/876 /1341  22896 /23060	UN	14	36.637,6000	512.926,4000

5	SUL	1406/876 /1341  22896 /23060	UN	10	35.211,1900	352.111,9000
SUBTOTAL (R\$) - EXTRAÇÃO DE CORPOS DE PROVA						3.299.508,9258
6	ENSAIOS DE LABORATÓRIO (BSB)	876/1406 /1341  22896 /23060	UN	84	44.504,4200	3.738.371,2800
SUBTOTAL (R\$) - ENSAIOS LABORATÓRIO						3.738.371,2800
TOTAL (R\$)						7.037.880,2058

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgãos participantes.

ORGÃO GERENCIADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO ANO 1	REQUISIÇÃO ANO 2	QUANTIDADE TOTAL
1	CENTRO-OESTE	UN	5	5	10
2	NORDESTE	UN	11	11	22
3	NORTE	UN	8	8	16
4	SUDESTE	UN	5	5	10
5	SUL	UN	3	3	6
6	ENSAIO DE LABORATÓRIO (BSB)	UN	32	32	64

ORGÃO PARTICIPANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO DF (TCDF)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO ANO 1	REQUISIÇÃO ANO 2	QUANTIDADE TOTAL
1	CENTRO-OESTE	UN	4	4	8

ORGÃO PARTICIPANTE: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO ANO 1	REQUISIÇÃO ANO 2	QUANTIDADE TOTAL
1	CENTRO-OESTE	UN	2	2	4
2	NORDESTE	UN	2	2	4
3	NORTE	UN	2	2	4
4	SUDESTE	UN	2	2	4
5	SUL	UN	2	2	4
6	ENSAIOS DE LABORATÓRIO (BSB)	UN	10	10	20

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, enquadrados no Inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e sobretudo por não demandarem tecnologia sofisticada, serem usualmente aplicados na execução de rodovias e por existirem inúmeros fornecedores. Tais aspectos, de modo detalhado constam do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os quantitativos estimados e os respectivos itens das Campanhas são os discriminados na Tabela acima, onde uma "unidade" equivale a uma "campanha". Essa por sua vez, é composta pelos serviços enumerados nos Anexos 3 e 4, correspondendo respectivamente a Planilha de Preços e Serviços por Região - Itens 1 A 5 e Planilha de Preços e Serviços por Região – Item 6.

1.4. A **Ata de Registro de Preços (ARP)** terá **vigência pelo período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.4.1. Conforme art. 36 do Decreto 11.462/2023, a vigência do contrato decorrente do Sistema de Registros de Preços não se confunde com a vigência da própria Ata de Registro de Preços, observado o parágrafo único do art. 34 do Decreto 11.462/2023, estipulando o contrato deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.5. O prazo de vigência do contrato decorrente da ata de registro de preços é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato derivado da ARP, na forma definida no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato, associado aos termos da ordem de serviço dele decorrente, definirá os prazos de entrega de cada etapa dos serviços, sua duração e vigência, sempre vinculados a existência de dotação orçamentária.

1.7. Fica vedada, expressamente, a adesão ou participação, a qualquer título, na presente Ata de Registro de Preços por entidades que se enquadrem como potenciais unidades auditadas, em razão da natureza do objeto contratado. A adesão será restrita a órgãos e entidades que exerçam função de controle interno ou externo da administração pública, bem como às autoridades policiais, desde que previamente autorizada pela CGU, observada a preservação da finalidade original da contratação, qual seja, a execução de auditorias em pavimentos asfálticos.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 26664015000148-0-000002/2025

II) Data de publicação no PNCP: 11/07/2024

III) Id do item no PCA: DFD 129/2024

IV) Classe/Grupo: 835 / SERVIÇOS CIENTÍFICOS E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 370003-6/2025

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo está evidenciada na relação dos serviços (escopo), conforme enumerado nos Anexos 1, 3 e 4, cujo teor, respectivamente, representam o “Escopo da Campanha”, “Planilha de Preços e Serviços – Extração de Amostras (Itens 1 a 5) e

“Planilha de Preços e Serviços – Ensaios de Laboratório (Item 6), parte indissociável dos Estudos Preliminares. A execução da campanha de avaliação de revestimento asfáltico está segregada em dois grandes grupos, organizados em “Itens”, os quais deverão corresponder aos lances no Pregão:

### **3.1.1. FASE I – COLETA DE AMOSTRAS (ITENS 1 A 5):**

3.1.1.1. Planejamento e seleção do plano amostral, constituída pela análise dos projetos, medições, definição prévia dos segmentos homogêneos com base nas áreas pavimentadas e características do projeto, bem como fixação das coordenadas em que as amostras serão coletadas e, ao fim, do roteiro (deslocamento interno) mais eficiente, tendo por objetivo o menor tempo entre os deslocamentos;

3.1.1.2. Submeter o plano amostral e roteiro de coleta para análise e aprovação da CGU;

3.1.1.3. Deslocamento, mobilização e desmobilização da equipe técnica e dos equipamentos necessários, incluindo despesas com os deslocamentos (ida e volta ao local da obra) e com hospedagem;

3.1.1.4. Extração de amostras (corpos de prova) de capa asfáltica (camada de revestimento asfáltico) com sonda rotativa;

3.1.1.5. Extração de amostras de capa asfáltica (camada de revestimento asfáltico) em placas;

3.1.1.6. Medição em campo das espessuras dos corpos de prova cilíndricos e das placas;

3.1.1.6.1. Na eventualidade de se verificar espessura do corpo de prova cilíndrico inferior a 3,5 cm (35mm), deverá ser extraído nova amostra com distância de pelo menos, 30 cm do bordo da primeira, fins permitir a obtenção de material suficiente para realização dos ensaios de densidade aparente e teor de ligante em laboratório;

3.1.1.6.1.1. As duas amostras serão consideradas como um único corpo de prova para efeito do número de determinação nos ensaios em laboratório bem como para remuneração dos serviços. Os resultados dos ensaios de laboratório serão constituídos das médias dos dois corpos de prova ensaiados.

3.1.1.7. Medir a espessura da base e da sub-base, quando for o caso, detalhando o tipo de material utilizado nessas camadas, a partir de análise tátil-visual, conforme tópico 7 da DNER PRO 003/1994;

3.1.1.8. Proceder análise tátil visual e identificar o solo constituinte das camadas de base e sub-base (DNER-ME 080/94);

3.1.1.9. Preenchimento da ficha de coleta, e identificação adequada das amostras, em modelo a ser aprovado previamente pela CGU;

3.1.1.10. Fechamento dos furos de sondagem mediante recomposição do pavimento com massa asfáltica pré-misturada a frio, que deverá ser compactada;

3.1.1.11. Selagem dos cortes realizados no pavimento com asfalto de alta plasticidade modificado com polímeros, nos pontos de extração de placas e posterior preenchimento com massa asfáltica pré-misturada a frio, que deverá ser compactada;

3.1.1.12. Transporte ou remessa das amostras coletadas até o laboratório responsável pela realização dos ensaios, com descrição do material a ser transportado, o qual será posteriormente atestado pela equipe de laboratório;

3.1.1.13. Entrega dos relatórios de coletas de amostras em campo, inclusive cálculo dos parâmetros de espessuras obtidas em campo, aderência, registro fotográfico, descrição da espessura e composição de insumos das camadas de base e sub-base a partir de análise tátil-visual, conforme tópico 7 da DNER PRO 003/1994 e breve relato das condições gerais do pavimento, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente do responsável pelos serviços.

### **3.1.2. FASE II: ENSAIOS LABORATORIAIS (ITEM 6):**

3.1.2.1. Conferência das amostras enviadas pela equipe de extração, quanto às características, identificação das amostras, número e condições das amostras, e emissão de Termo de Aceito do material recebido;

3.1.2.2. Realização de Ensaios de Laboratório dos Corpos de Prova, extraídos por sondagem rotativa:

3.1.2.2.1. Determinação de Espessura (DNIT 136/2018-ME);

3.1.2.2.2. Determinação do Teor de Asfalto (DNIT 158/2011-ME);

3.1.2.2.3. Determinação da Densidade Aparente (DNER-ME 117/94 e DNIT 428/2022-ME);

3.1.2.2.4. Determinação da Densidade Relativa Máxima Medida (DNIT 427/2020-ME e ABNT NBR 15.619/2016);

3.1.2.2.5. Determinação da Estabilidade, Fluência e Resistência à Tração por Compressão Diametral (DNIT 136/2018-ME);

3.1.2.2.6. Determinação do Grau de Compactação (PROC-IBR-ROD 110/2018);

3.1.2.2.7. Determinação do Volume de Vazios (VV), Relação Betume Vazio (RBV) e Volume Agregado Mineral (VAM)

3.1.2.3. Realização de Ensaio de Laboratório das Amostras de Camada de Pavimento em placas ou tabletes:

3.1.2.3.1. Teor de Asfalto (DNIT 158/2011-ME);

3.1.2.3.2. Granulometria (DNER ME 083/98);

3.1.2.3.3. Densidade Máxima Real Método Rice (ASTM D2041M-11).

3.1.2.4. Realização de ensaios em amostras de base cimentadas (solo melhorado com cimento, solo-cimento ou brita graduada tratada com cimento) bem como bases/sub-bases estabilizadas granulometricamente, extraídas do material sob as placas:

3.1.2.4.1. Resistência à Compressão Simples (Normas NBR 12025/2012, DNER-ME 201/94, NBR 5739/2007, DNER-ME 091 /98).

3.1.2.5. Elaboração dos Laudos dos Ensaio, com parecer e resultados dos ensaios, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos serviços.

3.2. No que se refere ao ciclo de vida do objeto, por se tratar de serviço de consultoria, fornecendo subsídios para a CGU avaliar a execução de revestimentos asfálticos custeados com recursos públicos, configurando uma auditoria de pavimentos, considera-se que término do ciclo do objeto coincide com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo. No entanto, as informações produzidas no âmbito da consultoria produzirão efeitos de longo prazo, inclusive como banco de dados e parâmetros de melhoria na execução de pavimentos asfálticos.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. No que se refere aos critérios e práticas de sustentabilidade, conforme art. 9º, II, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, a natureza do objeto desta contratação não exige critérios específicos.

### Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, limitada exclusivamente à parcela relativa à extração das amostras e recomposição do pavimento (Atividades em Campo) e locação das instalações físicas e equipamentos do Laboratório, observando-se as seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

4.4. É vedada a subcontratação dos serviços relativos à “Análise dos Resultados Laboratoriais” e a “Emissão do Relatório Técnico (Fase Final)”.

4.4.1.A locação das instalações físicas e equipamentos não se configura como subcontratação, exigindo-se, porém, que os equipamentos estejam devidamente calibrados, atestados pelo órgão aferidor e que, os técnicos que executarão os ensaios pertençam ao quadro da contratada e detenham idêntica ou qualificação superior aos profissionais que propiciaram a qualificação da então licitante na fase de habilitação;

4.4.2.Os trabalhos em campo relativos aos Itens 1 a 5 deverão ser acompanhados pelo Engenheiro Júnior e/ou Responsável Técnico da Contratada, admitindo-se sua substituição por profissional com qualificação equivalente ou superior ao utilizado durante a habilitação da empresa no certame, conforme for o caso.

4.5. Os trabalhos de laboratório, Item 6, deverão ser supervisionados pelo Engenheiro Sênior e/ou Responsável Técnico da Contratada, admitindo-se sua substituição por profissional com qualificação equivalente ou superior.

4.6. A qualificação técnica da empresa subcontratada deve atender aos mesmos requisitos da Contratada conforme exigência da jurisprudência majoritária (vide Acórdão nº 1.229/2008 – Plenário do TCU);

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, se for o caso.

4.9. A(s) empresa(s) contratada(s) será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que se trata de contratos derivados de ARP de serviço não continuado, com baixa materialidade e diminuto prazo de execução (entrega imediata). Os custos correspondentes ao Seguro e Garantia de Execução do Contrato não foram considerados na formação do BDI.

### **Vistoria**

4.14. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, visto se tratar de contratação mediante sistema de registro de preços (SRP) e, portanto, não serem conhecidos previamente os locais em que as amostras de camadas de pavimentos asfálticos serão coletadas.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. **Início da execução do objeto:** Os prazos de cada etapa contida numa campanha serão definidos na correspondente ordem de serviço, em conformidade com as condições estabelecidas no termo de contrato;

5.1.2. **O acionamento da Ata de Registro de Preços:** formalizada mediante emissão de cada termo de contrato, decorrerá da existência de dotação orçamentária para fazer frente a despesa conjugada com a necessidade de demanda, neste caso, originada de eventual ação de controle relacionadas a auditoria de obras rodoviárias e de pavimentação urbana;

5.1.3. **A extração das amostras pela Contratada:** poderá ser acompanhada por servidor da CGU, motivo pelo qual o Plano de Amostragem e o Cronograma de Execução, ambos decorrentes da Ordem de Serviço, deverão ser fielmente cumpridos pelo particular;

5.1.4. **Os serviços de suporte à verificação da qualidade dos pavimentos das obras rodoviárias e de pavimentação:** para fins do presente Termo de Referência, serão denominados campanhas, as quais serão segregadas em duas fases: coleta de amostras e realização dos ensaios laboratoriais.

5.2. A presente contratação considera a execução de 64 campanhas, desde que comprovada a existência de dotação orçamentária e a existência de demanda.

5.3. Para racionalizar os custos de acionamento, atender os critérios de amostragem bem ainda assegurar compatibilidade dos dados estatísticos com o tipo de pavimento, estabeleceu-se dois tipos de campanhas, previamente definidas no Plano de Amostragem, a saber:

#### **5.3.1. CAMPANHA TIPO 1 (6 x 36)**

5.3.1.1. 6 (seis) amostras de revestimento asfáltico, em placas de sondagem de 0,50m x 0,50m, na proporção mínima de 1 (um) corpo de prova para cada 42.000m<sup>2</sup> da superfície do pavimento, extraídas em placas ou tabletes, concomitante com a medição das camadas de base e sub-base, quando houver; e

5.3.1.2. 36 (trinta e seis) amostras de revestimento asfáltico, extraídas por sonda rotativa, na proporção mínima de 1 (um) corpo de prova para cada 7.000m<sup>2</sup>, com no mínimo 6 (seis) amostras por trecho homogêneo.

### 5.3.2. CAMPANHA TIPO 2 (15 x 15)

5.3.2.1. 15 (quinze) amostras de revestimento asfáltico, em placas de sondagem de 0,50m x 0,50m, na proporção mínima de 1 (um) corpo de prova para cada 42.000m<sup>2</sup> da superfície do pavimento, extraídas em placas ou tabletes, concomitante com a medição das camadas de base e sub-base, quando houver; e

5.3.2.2. 15 (quinze) amostras de revestimento asfáltico, extraídas por sonda rotativa, na proporção mínima de 1 (um) corpo de prova para cada 7.000m<sup>2</sup>, com no mínimo 5 (cinco) amostras por trecho homogêneo.

5.4. Cada uma das Campanhas compreende, as fases estabelecidas no quadro a seguir, ressalvado o detalhamento apresentado na seção 3 - "DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO".

1.	<b>FASE PRELIMINAR – ITENS 1 A 5</b>
1.1	<p>Programação e planejamento dos trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Serão definidas, em conjunto com a CGU após definida(s), pela CGU, a(s) via(s) a ser(em) verificada(s), as datas da realização da(s) campanha(s).</li><li>A CGU fornecerá os projetos e demais elementos necessários à compreensão da(s) obra(s).</li><li>Nesta etapa serão identificados e definidos os Segmentos Homogêneos, lastrados sempre na obtenção de amostras estatísticas e compatíveis com o projeto, cidade e características do pavimento</li><li>Serão avaliados detalhes como quais ruas serão verificadas, sinalização de segurança e demais providências julgadas importantes para garantir a plena execução dos serviços.</li><li>Após a elaboração do plano de amostragem, este será submetido à CGU para aprovação prévia ao início da etapa de extração e coleta dos corpos de prova.</li><li>O planejamento da execução da campanha, caracterizada pela extração das amostras, deve considerar o prazo mínimo de <b>15 dias</b> à data prevista para início da atividade, de modo a permitir a aquisição das passagens dos servidores da CGU e a comunicação a Unidade Auditada.</li><li>Será feito contato prévio pela CGU com o(s) órgão(s) público(s) contratante(s) da(s) obra(s) a ser(em) verificada(s), para que este(s) forneça(m) todos os documentos necessários e possam, se quiser(em), acompanhar a realização dos serviços e ensaios.</li><li>Caberá ao órgão contratante dar ciência da realização dos trabalhos à empresa executora.</li></ul>
2.	<b>FASE EXECUTIVA</b>
2.1.	<b>ATIVIDADES DE CAMPO – ITENS 1 A 5</b>
2.1.1	<p>Mobilização da equipe técnica e dos equipamentos ao local da obra:</p> <p>- Devem ser previstos custos com o transporte da equipe e de todos os equipamentos necessários, inclusive de sinalização de trânsito para intervenção em via pública, bem como com a hospedagem da equipe técnica durante o período necessário ao pleno cumprimento da programação definida na fase preliminar.</p>
2.1.2	<p>Extração de Corpos de Prova:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Antes da realização das sondagens o local deverá ser devidamente isolado mediante sinalização de trânsito com cones e placas, que garanta a segurança da equipe.</li><li>Os trabalhos poderão ser acompanhados pelo representante do órgão ou entidade que contratou a execução da obra no âmbito da União, Estado ou Município e/ou pelo representante da empreiteira executora da obra, além de servidor (es) da CGU.</li><li>Todos os materiais e equipamentos necessários à realização das sondagens e coleta das amostras são de responsabilidade da empresa contratada.</li><li>Coleta das amostras de materiais para realização de ensaios, com a devida acomodação e identificação de cada uma para transporte ao laboratório.</li><li>Fechamento dos furos de sondagem com asfalto a frio, compactado manualmente.</li><li>Registro das constatações em Ficha Modelo de Coleta ou Relatório Diário de Obra.</li></ul>
	<p>Desmobilização da equipe e dos equipamentos:</p>

2.1.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nesta atividade devem ser previstas o recolhimento dos equipamentos e materiais, bem como a limpeza de eventuais resíduos da realização do trabalho de coleta das amostras.</li> <li>Deve ser realizado o registro fotográfico da área após a retirada dos equipamentos para evidenciar que foram realizados o fechamento dos furos e a adequada limpeza do local.</li> </ul>
2.1.4	<p>Envio do material coletado</p> <p>- O material coletado deve ser transportado e enviado até a sede do laboratório no Distrito Federal, conforme endereço previamente informado.</p>
2.1.5	<p>Laudo Técnico – Extração das Amostras</p> <p>- Nesta etapa o responsável pela extração das amostras deverá emitir laudo técnico registrando: Identificação dos segmentos homogêneos (TAG), coordenadas dos pontos em que foram obtidas as amostras, espessuras do revestimento asfáltico medido em campo, espessura das camadas de base e sub-base e sua correspondente análise tátil visual, registro fotográfico dos corpos de prova e eventuais informações julgadas relevantes, inclusive alterações dos pontos de coleta, devendo ser assinado pelo Responsável Técnico.</p>
2.2.	<b>ESTUDOS LABORATORIAIS – ITEM 6</b>
2.2.1	<p>Recebimento do material coletado</p> <p>- As amostras coletadas em campo devem ser conferidas e atestadas quanto às características, identificação, quantidade e condições, com posterior emissão de Termo de Aceite do material recebido.</p> <p>- Realização dos ensaios descritos no parágrafo 3 deste Termo de Referência.</p>
2.3	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS (componente do Item 6)</b>
2.4	<b>LAUDO TÉCNICO – ITENS 1 A 5</b>
3.	<b>FASE FINAL – ITEM 6</b>
3.1	RELATÓRIO TÉCNICO – ITEM 6
4.	<b>AVALIAÇÃO CGU</b>
4.1	APROVAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO

5.5. Os resultados dos levantamentos e dos ensaios deverão ser compilados, interpretados e tratados estatisticamente com vistas à verificação do atendimento das solicitações e exigências constantes nos Planos de Gestão de Qualidade - PGQ, assim como dos Editais de Licitação, nos Projetos de Engenharia e nas Especificações de Serviço pertinentes a cada obra.

5.6. As empresas contratadas devem prestar, quando requisitado, assessoria aos Auditores e Técnicos da CGU por até 12 meses contados da entrega do laudo, a fim de sanar dúvidas surgidas nos contraditórios dos processos que tenham ligação estrita com os relatórios entregues que utilizam os dados dos laudos das campanhas realizadas.

5.7. O **Plano de Ataque**, instrumento que representa os dias efetivamente trabalhados e considerado pela CGU para efeito de dimensionamento da equipe está apresentado no Anexo 7, reproduzido a seguir:

SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE CONCRETOS ASFÁLTICOS PLANO DE ATAQUE – CAMPANHA DE EXTRAÇÃO – ITENS 1 A 5			
			DIAS



ITEM	DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	DURAÇÃO (DIAS)	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
<b>1</b>	<b>FASE PRELIMINAR</b>																
1.1	Programação e Planejamento	2															
<b>2</b>	<b>FASE EXECUTIVA – ATIVIDADES DE CAMPO</b>																
2.1	Mobilização/Desmobilização e Deslocamento da Equipe (DMT>50 Km)	1															
2.2	Extração de Amostras (Campanha Tipo 1)	3															
2.3	Extração de Amostras (Campanha Tipo 2)	3															
<b>3</b>	<b>REMESSA DAS AMOSTRAS AO LABORATÓRIO EM BSB</b>																
3.1	Transporte das Amostras para Laboratório (BSB) – TIPO I e II	5															

SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE CONCRETOS ASFÁLTICOS PLANO DE ATAQUE – CAMPANHA DE EXTRAÇÃO																	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	DURAÇÃO (DIAS)	DIAS														
			01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
<b>1</b>	<b>CAMPANHA DE AVALIAÇÃO DA CAMADA DE CONCRETO ASFÁLTICO (PROCEDIMENTO IBRAOP nº PROC-IBR-ROD 100/2017)</b>																
1.1	Ensaio laboratório	7															
1.2	Análise dos resultados	3															
1.3	Fase final (Relatório Técnico)	5															

5.8. O **cronograma referencial** da presente licitação, caracterizador de cada Campanha, constitui o Anexo 9 deste Termo de Referência, representando os Itens 1 a 5 e o Item 6.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.9. Os serviços serão prestados em diversas unidades da federação, conforme demanda vinculada a auditoria de pavimentos, sendo previamente definidas na ordem de serviço e incorporadas na fase de Planejamento e Plano de Amostragem;

- 5.10. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 7h às 17h (horário comercial);
- 5.10.1.Em razão dos serviços implicarem em intervenção em vias urbanas e rodovias, por motivo de segurança da equipe em campo e fins não comprometimento do fluxo de veículos, poderá o horário indicado ser ajustado, desde que, previamente acordado entre as partes.

**Materiais a serem disponibilizados**

- 5.11. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.11.1. Os equipamentos, veículos e ferramentas necessárias à extração dos corpos de prova devem ser adequados e compatíveis às normas aplicáveis;
- 5.11.2. Os equipamentos e instalações a serem utilizados na prestação dos serviços, sobretudo os necessários à realização dos ensaios, deverão estar devidamente aferidos, calibrados e certificados pelos órgãos competentes.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.12. A mobilização da equipe técnica e dos equipamentos inclui o transporte e a estadia de todos os recursos materiais e humanos necessários para a realização das atividades de campo no local da obra a ser avaliada. O orçamento referencial, para efeito de estimativa e pagamento, considera o deslocamento (DMT) entre a Unidade Regional da CGU do estado até o local em que serão extraídas as amostras. A Mobilização e Desmobilização somente será considerada para DMT superior a 50 km.
- 5.13. A licitante deve considerar na sua proposta os custos com diárias e passagens da equipe técnica, com locação e transporte dos veículos e equipamentos, com sinalização de segurança da via, com a recomposição dos furos de sondagem, com abastecimento de água e de energia elétrica, com as ferramentas manuais, com os equipamentos de segurança individuais e coletivos e todos os demais insumos necessários à plena realização dos serviços.
- 5.14. Os serviços serão realizados em pavimentos executados ou em execução em todo o território nacional e sujeitos à auditoria da CGU.
- 5.15.As atividades de campo (sondagens, amostragens e recomposição dos furos) serão coordenadas por um engenheiro responsável técnico e operacionalizadas por um técnico de campo, que efetuará a inspeção do local e seguirá o plano de amostragem definido na fase preliminar (Plano de Amostragem e Planejamento).
- 5.16. A execução dos furos com sonda rotativa será realizada por equipe constituída por técnicos e auxiliares da empresa contratada, que realizarão também a coleta das amostras e o fechamento dos furos, supervisionados pelo Engenheiro, responsável técnico;
- 5.17. A amostragem observará, pelo menos, a extração de um corpo de prova para cada 7.000 m² do concreto asfáltico, com uma quantidade mínima de 6 extrações por segmento homogêneo, intercalando-se a extração de corpos de prova nos diferentes segmentos da via, assim dispostos: o bordo esquerdo, o eixo da pista e o bordo direito, com pelo menos duas extrações em cada bordo e no centro, conforme Procedimento IBR-ROD 101/2016.
- 5.17.1. A obrigatoriedade do número mínimo de extrações por segmento homogêneo visa atender ao controle estatístico de resultados (DER-PRO 277) bem como ao estabelecido na Norma DNIT 31/2006-ES.
- 5.18. Serão executadas campanhas conforme detalhamento indicado nos parágrafos 5.3.1 e 5.3.2 deste Termo de Referência, conforme demanda dos trabalhos de auditoria:

CAMPANHA	EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS PARA UMA CAMPANHA	
	(QUANTIDADE MÍNIMA)	
	CILÍNDRRO Ø 10 cm	PLACA 50 x 50 cm
CAMPANHA TIPO 1	36	6
CAMPANHA TIPO 2	15	15

5.19. O Plano de Amostragem deverá ser elaborado para cada acionamento, neste caso caracterizado pela emissão da **Ordem de Serviço**.

5.20. Como critério na amostragem a que se refere o tópico precedente, a empresa deve considerar que a extração dos corpos de prova ocorra nas mesmas estacas e bordos adotados na extração das amostras pela fiscalização, supervisora ou empresa executora, tendo como objetivo a validação dos resultados obtidos no controle da execução da obra constantes do Plano de Gestão da Qualidade - PGQ da obra, se existente.

5.21. Caso a obra de pavimentação não possua PGQ, serão observados os parâmetros:

5.21.1. Execução, a cada 7.000m<sup>2</sup> de concreto asfáltico de pista de rolamento, de pelo menos 1 (um) furo de sondagem rotativa ( $\varnothing = 100$  mm) alternando-se a localização entre o eixo e os bordos esquerdo e direito da pista.

5.21.2. Extração, a cada 42.000m<sup>2</sup> de revestimento asfáltico, de pelo menos 1 (uma) placa de sondagem de 0,50m x 0,50m.

5.21.3. Nos pontos de extração das placas, será feita a medição da espessura da base em campo, em caso de constituição granular, que permita a retirada do material, permitindo a medição da espessura da camada e posterior reaplicação e compactação do escavado. Caso a base seja cimentada, a medição da espessura da base será feita na amostra removida por sondagem rotativa junto da placa, caso possível. A aferição da medição da espessura da camada de base deverá ser acompanhada de registro fotográfico a ser apresentado no Laudo Técnico.

5.22. O Plano de Amostragem deve ser preparado previamente por meio de um croqui contendo os estaqueamentos a serem utilizados ao longo das vias, destacando-se as principais coordenadas geográficas - no mínimo, os pontos da estaca inicial e final para os trechos de maior evidência.

5.23. Requer-se especial atenção para pavimentos asfálticos cujos projetos preveem áreas distintas (áreas fresadas e não fresadas, por exemplo) para misturas com faixas granulométricas e espessuras diferentes em um mesmo trecho.

5.24. O plano de amostragem poderá ser revisto ou alterado durante a realização dos serviços para adequações que se façam necessárias. Nessas situações, deverão ser efetuados os devidos registros, tanto na Ficha Modelo de Coleta (FMC) ou Relatório de Diário de Obras (RDO) quanto na emissão de novo croqui.

5.25. Todos os furos de sondagem devem ser fechados imediatamente após a extração, de modo a recompor o revestimento nas mesmas condições de trafegabilidade e segurança iniciais.

5.25.1. A recomposição do pavimento, tanto os de resultantes das extrações por sonda rotativa quanto placas, devem ser executados com uso de massa asfáltica fria, compactada em camadas até o completo fechamento e nivelamento do furo com o pavimento existente. Não deverá haver sobras ou falta de material após a compactação.

5.26. Na impossibilidade da retirada da placa, todos os cortes feitos no pavimento e que não forem fechados com asfalto a frio deverão ser selados com asfalto de alta plasticidade modificado por polímeros.

5.27. Cada amostra recolhida será imediatamente identificada, fotografada e acondicionada de modo a garantir a preservação de suas características físicas.

5.27.1. A empresa responsável pela extração das amostras deve assegurar também o adequado transporte do material ao laboratório, garantindo a integridade dos corpos de prova.

5.28. Quando da extração das amostras, deverão ser registradas as espessuras dos corpos de prova em campo, e verificada visualmente a aderência entre camadas, registrando, para cada amostra, se houve ou não aderência entre a base e o revestimento asfáltico. Deve ser registrado a presença de imprimação ou pintura de ligação, conforme o caso.

5.29. Ao final das atividades de campo a área de intervenção deve ser limpa e gerado um registro fotográfico evidenciando que foram realizados o fechamento dos furos e a adequada limpeza do local.

5.30. Por fim, o material coletado deve ser transportado ou enviado até o laboratório responsável pela realização dos ensaios, com descrição do material a ser transportado, o qual será posteriormente atestado pela equipe de laboratório.

5.30.1. Em razão do disposto no parágrafo 5.22.1, o acondicionamento para fins de transporte do material até o laboratório deverá ser fotografado, de modo a evidenciar a integridade dos corpos de prova;

5.31. Os ensaios serão realizados em laboratório sediado no Distrito Federal, cujas instalações e equipamentos serão previamente aprovados pela CGU;

5.31.1. A CGU poderá, a qualquer tempo, acompanhar esta etapa dos serviços. É prerrogativa da Unidade Auditada (UA) também acompanhar a realização dos ensaios;

5.31.2. A equipe que realizará os ensaios deverá ser coordenada por engenheiro responsável técnico e será composta por laboratoristas e auxiliares, com participação eventual e parcial dos técnicos que realizaram os levantamentos de campo, caso necessário.

5.32. Será emitido um Laudo Técnico para cada campanha de campo (Itens 1 a 5).

5.33. É vedada a subcontratação dos ensaios de laboratório. No entanto, a locação das instalações do laboratório não configura em subcontratação, ressalvado que os profissionais técnicos considerados para efeitos de atestação e com vínculo à contratada deverão ser os profissionais que executarão os ensaios.

5.34. Os ensaios a serem realizados são aqueles descritos no parágrafo 3.1.2 deste Termo de Referência.

5.35. Tanto a empresa contratada pela extração das amostras quanto a empresa responsável pelos ensaios laboratoriais deverão apresentar Relatórios/Laudos Técnicos, de natureza conclusiva, devendo corresponder ao escopo inerente à cada etapa.

5.36. A quantidade de Relatórios e Laudos Técnicos, em regra, é diretamente proporcional a cada campanha e serão definidos na Ordem de Serviço, a ser emitida pela CGU previamente ao início de cada serviço (acionamento).

5.37. Os dados constantes dos Relatórios e Laudos Técnicos deverão ser aderentes aos Segmentos Homogêneos (SH) definidos no Plano de Amostragem. Na eventual impossibilidade de organização dos dados em conformidade com o Segmento Homogêneo, deverá a CGU ser previamente informada e refeito o planejamento;

5.38. Os Laudos Técnicos destinam-se a retratar as informações relativas às extrações em campo (Itens 1 a 5) e os Relatórios Técnicos aos ensaios de laboratório (Item 6). Esses artefatos deverão seguir as seguintes disposições:

5.38.1. O Laudo Técnico deve estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART, e trazer plantas das ruas indicando o estacionamento e a posição dos furos de sondagens executados em campo bem como, os dados brutos dos ensaios e informações em campo.

5.38.2. O Laudo Técnico relativo aos Itens 1 a 5 consistente na etapa de extração dos corpos de prova, deverá refletir os resultados e percepções obtidos em campo, devendo constar, no mínimo:

5.38.2.1. Aderência entre as camadas de base e revestimento asfáltico avaliado;

5.38.2.2. Espessura do revestimento asfáltico medido em campo;

5.38.2.3. Espessura das camadas de base e sub-base avaliada;

5.38.2.4. Características da base ou sub-base, conforme análise tátil visual.

5.38.2.5. Registro fotográfico dos corpos de prova para efeito de transporte das amostras ao laboratório, de modo a demonstrar as condições em que foram enviadas (integridade e qualidade do armazenamento).

5.38.3. Relatório Técnico dos ensaios realizados em laboratório corresponde ao Item 6 e deverá, de modo conclusivo, retratar, com precisão adequada às normas aplicáveis, os resultados encontrados e confrontados com os parâmetros previstos nos projetos de cada segmento homogêneo, devendo ainda retratar a adequação ou não desse parâmetro. O escopo do Item 6 incorpora os seguintes a avaliação dos seguintes parâmetros:

5.38.3.1. Espessura do revestimento asfáltico;

5.38.3.2. Teor de Betume/Ligante do revestimento asfáltico;

5.38.3.3. Grau de compactação do revestimento asfáltico;

5.38.3.4. Densidade Relativa Aparente e Massa Específica Aparente (Amostras Compactadas)

5.38.3.5. Densidade Relativa Máxima Medida e Massa Específica Medida (Amostras não compactadas)

5.38.3.6. Estabilidade, Fluência e Resistência à Tração por Compressão Diametral do revestimento asfáltico avaliado;

5.38.3.7. Com base nos ensaios realizados, determinar o Volume de Vazios (VV), Relação Betuma Vazio (RBV) e VAM

5.38.3.8. Granulometria do revestimento em asfáltico avaliado;

5.38.3.9. Resistência à compressão da base avaliada (quando cimentada);

5.39. Caso a emissão do Relatório/Laudo Técnico apresente inconsistências, será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a regularização e/ou elisão por parte da contratada.

## Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.40. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a CGU poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Para cada Item a que se refere o parágrafo 1.1 deste Instrumento, será celebrado a correspondente Ata de Registro de Preços (ARP) com a arrematante. A partir dessa assinatura será(ão) celebrado(s) contratos para a realização das campanhas, desde que assegurada a existência de dotação orçamentária para fazer frente a execução da despesa.

6.6.1. O acionamento das Campanhas, após a celebração do Contrato, se efetiva por meio da emissão da **Ordem de Serviço (OS)**.

6.7. Cada campanha, com base nas etapas e marcos fixados na Ordem de Serviço, terá um cronograma físico das atividades, nos termos fixados no parágrafo 5.8. deste Termo de Referência

### Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.9.2. Realizar a atestação dos serviços executados e providenciar os tramites para liquidação e o pagamento à Contratada pelo valor resultante da prestação do serviço, nos prazos estabelecidos no contrato;

6.9.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.9.4. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.9.5. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.9.6. Arquivar, entre outros documentos apresentados pela contratada, os laudos técnicos e resultados de ensaios que darão suporte as avaliações da Controladoria.

6.9.7. No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.9.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.9.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.9.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.9.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

6.9.8.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.9.9. Adotar os procedimentos para o recebimento provisório do objeto de que trata a alínea b, inciso I, do art.140 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.20. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.22. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa, liquidação e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.23. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.24. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.25. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.26. O Gestor do Contrato deverá realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IX) e;

6.27. Além do disposto acima, o Gestor do Contrato obedecerá às seguintes rotinas:

6.27.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.27.2. Providenciar, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir da emissão do recebimento do Termo Circunstanciado de Recebimento (TCR), as medidas para efeito de pagamento, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IX).

6.28. E ainda, ao receber e dar encaminhamento imediato:

6.28.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.28.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o denominado o **Termo Circunstanciado de Recebimento (TCR)** associado ao Boletim de Medição, instrumentos utilizados para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do TCR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Os Serviços e Quantidades efetivamente executados, atestados pela Fiscalização mediante Memória de Cálculo baseada no Anexo 3 - Planilha de Preços e Serviços – Extração de Amostras (Itens 1 a 5);

7.3.2. Os Serviços e Quantidades efetivamente executados, atestados pela Fiscalização mediante Memória de Cálculo baseada no Anexo 4 - Planilha de Preços e Serviços – Ensaio em Laboratório (Item 6);

7.3.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento (TCR), emitido pela Fiscalização, deve atestar, de modo inequívoco, o atendimento aos requisitos previstos para o objetivo da campanha.

7.3.4. A entrega dos artefatos, em sua forma bruta (dados originais) e dos estudos estatísticos (tratados) e do correspondente Relatório/Laudo Técnico, todos em formato digital editável (xls e/ou doc) bem como pdf (não editável);

7.4. Para efeito de recebimento provisório da etapa, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.5. Após a entrega dos Relatórios ou Laudos Técnicos, os servidores da CGU responsáveis por cada campanha farão a conferência dos dados, e na hipótese da necessidade de correções ou esclarecimentos adicionais, a empresa deverá providenciar os ajustes necessários ao pleno recebimento de cada campanha pela CGU.

7.6. Somente após o aceite do Relatório ou Laudo Técnico, conforme o caso, pela equipe de servidores responsáveis pela campanha, bem como da apresentação da documentação pertinente, em especial aqueles citados nos parágrafos 7.17 ao 7.24 deste Termo de Referência, será realizada a liquidação visando o pagamento de cada campanha.

#### **Do recebimento**

7.7. Ao final de cada campanha, conforme prazos previamente fixados na Ordem de Serviço, o Contratado apresentará a medição dos serviços efetivamente executados, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.8. A Campanha será considerada efetivamente concluída quando a contratada emitir o Laudo ou Relatório Final, conforme o caso, e desde que aprovados pela Fiscalização.

7.8.1. Os dados brutos dos ensaios de laboratório e as informações em campo, todos em formato editável e pdf, constituem parte indissociável do Laudo/Relatório Técnico.

7.9. Para efeito do recebimento do objeto do contrato a que se refere o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.5. O Contratado fica obrigado a reparar e corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados ou ainda caso materializada inconstâncias no Laudo/Relatório Técnico, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.9.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.11. O objeto do contrato será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).



7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.15. Caberá ao engenheiro responsável técnico da contratada revisar os laudos técnicos antes da sua entrega à CGU, de modo a diminuir ou evitar a necessidade de correções após a entrega.

### Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- i) o prazo de validade;
- ii) a data da emissão;
- iii) os dados do contrato e do órgão contratante;
- iv) o período respectivo de execução do contrato;
- v) o valor a pagar; e
- vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de Pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, nos termos indicados abaixo:

7.26.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- 7.26.1.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo
- 7.26.2. EM = Encargos Moratórios;
- 7.26.3. N = número de entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- 7.26.4. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- 7.26.5.  $I = TX/365$ , sendo TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

**Reajuste**

7.27. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo da licitação, em atendimento ao §1º do art. 3º da Lei 10.192/2001 bem como do § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. Após o interregno de um ano a contar da da-base do orçamento estimativo da licitação, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, dos índices setoriais indicados na Tabela constante do parágrafo 7.29, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula, em atendimento ao art. 5º do Decreto n.º 1.054/1994:

- 7.28.1.  $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- 7.28.2. R = Valor do reajuste procurado;
- 7.28.3. V = Valor contratual a ser reajustado;
- 7.28.4.  $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- 7.28.5. I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.29. Os índices a serem utilizados para a aplicação dessa fórmula estão relacionados na tabela a seguir:

ITENS 1 A 5 (EXTRAÇÃO CORPOS DE PROVA)			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA (CAMPANHA)	ÍNDICE DE REAJUSTE APLICÁVEL	
		FONTE	ÍNDICE SETORIAL
1.1	Mobilização/Desmobilização e Deslocamento da Equipe (DMT>50 Km)	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO
1.2	Extração de Amostras (Campanha Tipo 1)	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	PAVIMENTAÇÃO
1.3	Transporte das Amostras para Laboratório (BSB) - TIPO I	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	IGP-DI

1.4	Extração de Amostras (Campanha Tipo 2)	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	PAVIMENTAÇÃO
1.5	Transporte das Amostras para Laboratório (BSB) - TIPO II	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	IGP-DI

ITEM 6 (ENSAIOS DE LABORATÓRIO)			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA (CAMPANHA)	ÍNDICE DE REAJUSTE APLICÁVEL	
		FONTE	ÍNDICE SETORIAL
6.1	Equipe Técnica - Cesta de Ensaios - Campanha de Avaliação da Camada de Concreto Asfáltico	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	CONSULTORIA (SUPERVISÃO E PROJETOS)
6.2	Instalações de apoio - Laboratório de Ensaios	FGV/DNIT (OBRAS RODOVIÁRIAS)	CONSULTORIA (SUPERVISÃO E PROJETOS)

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será realizado por apostilamento, na forma disciplinada no inciso I do art. 136 da Lei 14.133/2021.

#### Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado através de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 7.40. Não será admitida antecipação de pagamento.
- 7.41. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira ou qualquer outro agente estranho a presente licitação.
- Cessão de crédito**
- 7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.42.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.42.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.42.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.42.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na modalidade **Pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **maior desconto por item**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **Empreitada por Preço Unitário (EPU)**.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Os preços unitários das campanhas que a CGU admite pagar para a execução do objeto desta licitação são os definidos em seu orçamento de referência, por item e detalhados na tabela contida no parágrafo 1.1 deste Termo de Referência, assim distribuídos:

8.3.1. Campanha Tipo 1:

ITEM	REGIÃO	QUANTIDADE MÁXIMA DE CAMPANHAS	VALOR CAMPANHA TIPO 1 (EXTRAÇÃO)	
			UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	CENTRO-OESTE	22	30.389,9517	668.578,9378
2	NORDESTE	26	29.486,0926	766.638,4080
3	NORTE	20	33.133,5227	662.670,4544
4	SUDESTE	14	31.656,3825	443.189,3550

5	SUL	10	30.258,4700	302.584,7000
TOTAL GERAL				2.843.661,8552

8.3.2. Campanha Tipo 2:

ITEM	REGIÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR CAMPANHA TIPO 2 (EXTRAÇÃO)	
			UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	CENTRO-OESTE	22	35.332,5338	777.315,7438
2	NORDESTE	26	34.432,6286	895.248,3440
3	NORTE	20	38.095,3269	761.906,5380
4	SUDESTE	14	36.637,6000	512.926,4000
5	SUL	10	35.211,1900	352.111,9000
TOTAL GERAL				3.299.508,9258

8.3.3. Laboratório de Ensaios (Item 6):

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO	
			UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
6	ENSAIOS DE LABORATÓRIO (BSB)	84	44.504,4200	3.738.371,2800
TOTAL GERAL				3.738.371,2800

8.4. Não serão aceitas propostas cujos preços unitários superem os definidos na Tabela do parágrafo 1.1, sendo desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique violação a tal critério.

8.4.1. O preço unitário da Campanha Tipo 1 decorre do lance oferecido pela arrematante na Campanha Tipo 2, portanto, deve conter idêntico desconto. Ou seja, o desconto ofertado pelo arrematante deve incidir sobre todos os serviços enumerados na Planilha de Preços e Serviços – Anexo 3. Tal mecanismo assegura a manutenção da vantagem auferida pela Administração, evita a ocorrência de jogo de planilha e caracteriza o critério de julgamento do maior desconto.

8.5. A arrematante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, o Anexo 3 do TR: *Planilha de Preços e Serviços-Extração de Amostras (Itens 1 a 5)* e/ou Anexo 4 do TR: *Planilha de Preços e Serviços-Ensaios de Laboratório (Item 6)*, conforme o caso, ajustadas ao valor do lance.

8.5.1. Os valores unitários dos serviços a que se refere o parágrafo 8.5 não poderão ser superiores aos valores unitários fixados nos Anexos 3 e 4.

8.5.2. Caso se verifique inconsistência no mencionado documento, deverá o arrematante adequar seus preços aos valores do orçamento referencial, sem alteração do valor global da proposta (Item), sob pena de desclassificação;

8.5.3. A arrematante, caso deseje, poderá utilizar o *Anexo 12 - Planilha de Serviços e Preços do Arrematante* para emitir os documentos a que se refere o item 8.5, conforme item de seu interesse e que tenha logrado êxito;

8.6. Não será aceita proposta com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando envolverem materiais ou equipamentos de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, expressamente, a parcela ou totalidade da remuneração.

8.7. A execução dos serviços será realizada de forma parcelada, por Item e campanha, de acordo com o estabelecido no acionamento da ata, caracterizado pela emissão da Ordem de Serviço.

8.7.1. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos, de acordo com o § 2, Art. 34 da NLLC.

#### **Exigências de habilitação**

8.8. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.16. **Consórcios:** é vedada a participação de consórcios devido à baixa complexidade de execução do objeto e com vistas a ampliar a competitividade do certame, organizado em Itens, por região do Brasil. Tal vedação, restrita ao caso concreto, está contida no item 4.4 do ETP.

8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis de 2024 (último exercício social) ou dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

8.28.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.33.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

8.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.34. Conforme Estudos Técnicos Preliminares (ETP), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

#### **ITENS 1 A 5 – SERVIÇO DE PLANEJAMENTO DAS EXTRAÇÕES, COLETA DOS CORPOS DE PROVA E ENVIO DAS AMOSTRAS PARA O LABORATÓRIO (8.33 a 8.38):**

##### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.35. Registro/Certidão de inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa e do responsável técnico, ou no Conselho Profissional competente, que exija tal inscrição, da região da sede da empresa;

8.36. Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, mediante:

8.37. Apresentação de, ao menos um, atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA, demonstrando que a empresa executou serviços de características técnicas compatíveis, similares ou superiores aos serviços previstos no objeto da presente licitação. Serão aceitos, a título exemplificativo e não exaustivo, os seguintes serviços para efeito de comprovação da aptidão da empresa e do Responsável Técnico:

8.37.1. Execução de Ensaios de Pavimentação Asfáltica em obras e serviços de pavimentação;

8.37.2. Execução de supervisão ou coordenação técnica de obras e serviços de pavimentação;

8.37.3. Execução de consultoria técnica na área de projetos, supervisão, fiscalização acompanhamento e execução de obras de pavimentação;

8.37.4. Elaboração de projetos de dimensionamento de pavimentos de obras de pavimentação.

8.38. A Certidão de Acervo Técnico (CAT), ainda que emitida para o profissional, deverá identificar a empresa executora dos serviços, de modo a comprovar a qualificação da licitante para a prestação dos serviços.

8.39. Indicação do Engenheiro Responsável Técnico que executará os serviços, com nome completo, CPF e qualificação profissional.

8.39.1. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação deverá participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

8.40. Na impossibilidade do Engenheiro Responsável Técnico, indicado inicialmente na proposta, acompanhar a extração das amostras, desde que previamente aprovado pela CGU, poderá ser indicado profissional suplente, desde que detenha qualificação equivalente ou superior ao RT. Na ocorrência desse impedimento, a ART e demais documentos deverão ser emitidas em conjunto, sem segregação de responsabilidades.

#### **ITEM 6 – REALIZAÇÃO DOS ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO (8.39 a 8.54):**

8.41. Tendo em vista a necessidade de acompanhamento sistemático e tempestivo dos ensaios pela equipe da CGU, as atividades de laboratório deverão ocorrer no Distrito Federal, independente da cidade em que foram extraídas as amostras ou a que corresponder a sede da empresa vencedora do certame. Para efeito de comprovação da qualificação das licitantes para o pleno atendimento ao objeto serão exigidas:

8.42. Registro/Certidão de inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da empresa e do responsável técnico, ou no Conselho Profissional competente, que exija tal inscrição, da região da sede da empresa;

8.43. Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, mediante:

8.44. Apresentação de, ao menos um, atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA, demonstrando que a empresa executou serviços de características técnicas compatíveis, similares ou superiores aos serviços previstos no objeto da presente licitação. Serão aceitos, a título exemplificativo e não exaustivo, os seguintes serviços para comprovação da aptidão da empresa e do Responsável Técnico:

8.44.1. Execução de ensaios de laboratório para obras e serviços de pavimentação;

8.44.2. Execução de supervisão ou coordenação técnica de obras e serviços de pavimentação, incluindo controle tecnológico.

8.45. A Certidão de Acervo Técnico (CAT), ainda que emitida para o profissional, deverá identificar a empresa executora dos serviços, de modo a comprovar a qualificação da licitante para a prestação dos serviços.

8.46. Indicação do Engenheiro Responsável Técnico e do Profissional Laboratorista que executarão os serviços, com nome completo, CPF e qualificação profissional de cada um. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

8.47. Indicação do pessoal técnico, das instalações e das qualificações de cada membro da equipe:

8.48. Compromisso declarando deter condições de instalar ou locar as instalações físicas para execução dos ensaios (laboratório) bem ainda que todos os equipamentos e instalações a serem utilizados na prestação dos serviços estarão, previamente aos ensaios, aferidos, calibrados e certificados pelos órgãos competentes.

8.49. Na ausência de laboratório próprio da licitante situado no Distrito Federal, essa poderá declarar que, caso logre êxito no certame, submeterá previamente a CGU, os dados e documentos do laboratório em que os ensaios serão realizados, assumindo ainda a responsabilidade pela oportuna apresentação dos atestados de calibração devidamente certificados pelos órgãos competentes.

8.50. A locação de laboratório de pavimentos, ainda que as instalações contenham todos os equipamentos necessários à execução dos ensaios não se configura como subcontratação. Todavia, é vedado a execução dos ensaios por profissionais que não tenham sido indicados pela licitante para efeito de qualificação técnico-profissional. Isto é, admite-se a locação das instalações física dos laboratórios, exigindo-se, porém que os ensaios sejam realizados pelos profissionais e responsáveis técnicos da empresa vencedora, assegurando a manutenção das condições que propiciaram a habilitação da então licitante.

#### **Qualificação Técnico-Profissional/Pessoal Técnico**

8.51. A qualificação mínima exigida para os profissionais é a seguinte (conforme metodologia da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT):



8.51.1. Engenheiro Responsável Sênior - Experiência profissional igual ou superior a 10 (dez) anos, a ser comprovada mediante apresentação de ao menos um dos seguintes documentos, que demonstre a experiência requerida (serão admitidos somatórios de períodos e a contagem do tempo se inicia, no mínimo, da data indicada no Registro Profissional no CREA):

8.51.1.1. Certidão de Registro do Profissional no CREA, na qual constem os períodos em que o profissional atuou como Responsável Técnico ou como membro do Quadro Técnico nas empresas em que trabalhou;

8.51.1.2. Cópia da Carteira Profissional de Trabalho, das páginas onde constam os períodos de trabalho realizado nas empresas onde o profissional atuou como engenheiro;

8.51.1.3. Contratos de prestação de serviços celebrados de acordo com a legislação civil comum, onde constem os períodos nos quais o profissional atuou como engenheiro.

8.51.2. Técnico Laboratorista - Experiência profissional igual ou superior a 5 (cinco) anos, a ser comprovada mediante apresentação de ao menos um dos seguintes documentos, que demonstre a experiência requerida (serão admitidos somatórios de períodos e a contagem do tempo se inicia, no mínimo, da data indicada no Registro Profissional no CREA):

8.51.2.1. Certidão de Registro do Profissional no CREA, onde constem os períodos no qual o profissional atuou como Técnico ou como membro do Quadro Técnico nas empresas em que trabalhou;

8.51.2.2. Cópia da Carteira Profissional de Trabalho, das páginas onde constam os períodos de trabalho realizado nas empresas onde o profissional atuou como técnico;

8.51.2.3. Contratos de prestação de serviços celebrados de acordo com a legislação civil comum, onde constem os períodos nos quais o profissional atuou como técnico.

8.52. Comprovação do vínculo empregatício dos profissionais relacionados acima, mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde constem os nomes dos profissionais. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

8.53. Cada profissional apresentado para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, nos termos do item 8.52, deverá apresentar declaração individual por escrito, firmada de próprio punho ou por meio eletrônico com certificação digital, atestando que:

- (i) tem ciência de que sua qualificação técnica está sendo utilizada para fins de habilitação da licitante no presente certame;
- (ii) autoriza a utilização de seu acervo técnico e de seus registros profissionais para tal finalidade; e
- (iii) declara estar disponível para eventual participação na execução do objeto, caso venha a ser formalmente contratado pela licitante.

8.54. O objeto dos serviços propostos abrange as obras públicas cujas despesas possam ser auditadas e acompanhadas pela Controladoria Geral da União e que venham a necessitar de procedimentos para verificação da qualidade dos revestimentos asfálticos.

8.55. As obras públicas a serem verificadas serão selecionadas ao longo da vigência do contrato, com base em critérios de materialidade e relevância, dentre os órgãos que executam obras de pavimentação asfáltica com recursos públicos federais.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

8.56. Para o caso de participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.57. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.58. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.59. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.60. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.61. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.62. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

## Documentação complementar para cooperativas

8.63. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.63.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.63.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.63.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.63.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.63.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.63.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.63.6.1. ata de fundação;

8.63.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.63.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.63.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.63.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.63.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.63.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 7.037.880,20

9.1. O custo estimado total da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 7.037.880,20** (sete milhões, trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e vinte centavos), conforme custos unitários enumerados nos Anexos 3 e 4, considerando a vigência do instrumento por **1 (um) ano**, prorrogável por igual período.

9.1.1. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, como dispõe o art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Como se trata de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Não ocorrerá indicação de dotação orçamentária da contratação por se tratar de Ata de Registro de Preços (ARP), documento vinculativo e obrigacional que se caracteriza pelo compromisso para contratação futura, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, nos termos dispostos no instrumento convocatório.

10.3. Cada contratação decorrente da ARP, para uma ou mais campanhas, será vinculada à existência de dotação orçamentária específica.

10.4. O acionamento das campanhas se dará, sempre por Ordem de Serviço, tomando por base os valores e condições estabelecidas na ARP e seus anexos.

10.5. A dotação relativa aos serviços será indicada no instrumento contratual respectivo.

## 11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4 Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 11.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Lista de Anexos

ANEXO	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO
1	ANEXO 1 - ESCOPO CAMPANHA

2	ANEXO 2 - PLANILHA DE PREÇOS DE CAMPANHA POR ITEM
3	ANEXO 3 - PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS - EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS (ITENS 1 A 5)
4	ANEXO 4 - PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS - ENSAIOS DE LABORATÓRIO (ITEM 6)
5	ANEXO 5 - MEMÓRIA DE CÁLCULO - ESTIMATIVA DE CAMPANHAS POR UF
6	ANEXO 6 - QUANTITATIVO MÁXIMO DE CAMPANHAS POR ITEM
7	ANEXO 7 - PLANO DE ATAQUE - EXTRAÇÃO - ITENS 1 A 5 & ENSAIOS DE LABORATÓRIO - ITEM 6
	ANEXO 8.1 - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DO BDI - EXTRAÇÃO DAS AMOSTRAS (ITENS 1 A 5)
8	ANEXO 8.2 - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DO BDI - ENSAIOS DE LABORATÓRIO (ITEM 6)
	ANEXO 9.1 - CRONOGRAMA FÍSICO (ITENS 1 A 5)
9	ANEXO 9.2 - CRONOGRAMA FÍSICO (ITEM 6)
10	ANEXO 10 - MATRIZ DE RISCOS (MAPA)
11	ANEXO 11 - CURVA ABC
12	ANEXO 12 - PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS DO ARREMATANTE

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### IVAN OLIVEIRA SOUTO

Responsável Técnico (ART 0720240108962 - CREA/DF)



Assinou eletronicamente em 03/12/2025 às 09:36:06.

### JOSE FERNANDO DE FARIA LUCENA DANTAS

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 03/12/2025 às 09:36:24.

Despacho: Alteração dos integrantes da EPC, nos termos da Portaria CGLCD nº 3913 (3882565)

**RAMON SANTOS DE OLIVEIRA**

Integrante Substituto Área de Licitações



*Assinou eletronicamente em 03/12/2025 às 15:50:34.*

**SILVESTRE HENRIQUE FERREIRA CEREJO**

Requisitante Titular



*Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 08:46:37.*